

02.outubro.2014 – 14h15

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Comissão Permanente da Língua, Educação e Cultura do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP)**

Amadeu Batel – Presidente (Suécia), Claudinor Salomão (EUA), Maria Adriana Carvalho (Cabo Verde), Alfredo Stoffel (Alemanha), Maria da Encarnação Galvão (Suíça), Maria de Lurdes Traça (Venezuela) e Terry Costa (Canadá)

Recebidos por: Deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Exposição: Após uma breve apresentação de cada um dos membros da delegação, os representantes da Comissão Permanente da Língua, Educação e Cultura do Conselho das Comunidades Portuguesas agradeceram a disponibilidade da Comissão para agendar a audiência e apresentaram as principais dificuldades com que se debatem e que, sucintamente, se indicam:

- Consideram fundamental a definição de uma política de língua, por entenderem que o Português constitui um fator de agregação e de sentido de pertença das comunidades. Verifica-se, na sua perspetiva, uma despreocupação do Estado português em relação a esta matéria, não existindo um pensamento estratégico estruturado relativamente à política de língua para as comunidades, à luz dos seus objetivos programáticos que “elege o ensino de Português como âncora da política para as comunidades” e, em particular, a opção pelo Português como Língua de Herança/Língua Estrangeira;
- O Instituto Camões trata de forma igual o ensino do Português na perspetiva de língua estrangeira e de língua primeira, em termos de manuais, programas e investigação, o que configura uma confusão conceptual e inconsistência discursiva na abordagem das questões da língua;
- Consideram que os objetivos traçados no Plano de Ação de Lisboa (2013) representam um retrocesso em relação ao eixo temático da língua portuguesa na Diáspora e referiram-se ainda às incompatibilidades de políticas de língua e educativas para as comunidades e lusofonia;
- Entendem que Portugal nunca teve uma política concertada de cultura e identidade dirigida às comunidades portuguesas, à luz do discurso oficial da diáspora/comunidades como sendo património identitário nacional;
- Solicitaram ainda informações quanto ao ponto de situação da iniciativa legislativa que propõe a introdução de dois representantes do CCP na composição do Conselho Nacional de Educação.

Interviu, de seguida, a Sra. Deputada Maria João Ávila (PSD), que fez referência à necessidade que houve de adaptação das redes do ensino do Português no estrangeiro, e destacou a oferta de manuais escolares a todos os alunos, a oferta de materiais aos professores, a introdução do processo de certificação das aprendizagens, a introdução do plano de incentivos à leitura, entre outros, que representam, no seu entender, o cuidado em zelar pelo interesse das comunidades, que estiveram ao abandono, durante anos. Considerou ainda fundamental que se encontrem soluções locais para as necessidades da comunidade, o que já se verifica, em alguns casos, e manifestou a sua disponibilidade para promover iniciativas que reforcem a posição da língua portuguesa no mundo.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) agradeceu os alertas deixados e fez referência à diversidade geográfica e às especificidades de cada uma das comunidades, o que, no seu entender, não desvincula o Estado da obrigação de definir uma política estruturada em matéria de língua e de cultura. Afirmou que existe a tendência para privilegiar o ensino do Português como língua estrangeira, que não permite preservar o capital primeiro, e disse constatar que muitas comunidades se encontram ao abandono, em especial ao nível da Europa.

A Sra. Deputada Carla Cruz (PCP) afirmou que as preocupações expostas têm acompanhado sucessivos governos, que não têm tido uma política de valorização da língua e não têm reconhecido que a afirmação de Portugal passa pela afirmação da sua língua e da sua cultura. Fez alusão à diminuição da rede do ensino do Português no estrangeiro, nomeadamente no que se refere ao número de horários e de professores, sendo que cada vez menos portugueses têm acesso à língua e à cultura portuguesas. Questionou, por fim, se o Conselho das Comunidades Portuguesas tem sido ouvido relativamente às orientações e às necessidades que vivem na Diáspora.

O Sr. Amadeu Batel considerou que a língua e a cultura são questões transversais, que deveriam unir todos os partidos, e que a política de língua deve ser acautelada, pelo Estado português, desde o pré-escolar. Considerou ainda que o Ministério dos Negócios Estrangeiros não tem vocação nem competência para tutelar estas políticas.

A Sra. Adriana Carvalho referiu-se ao projeto da Escola Portuguesa de Cabo Verde, que teve início há mais de seis anos, sem que o processo esteja ainda concluído, sendo Cabo Verde o único país da CPLP que não oferece o ensino da língua portuguesa. Esta questão é premente, segundo considerou, visto que se tem registado uma crescente emigração de jovens para este país.

O Dr. Claudinor Salomão considerou que o ensino do Português nos Estados Unidos tem sido desprezado, quando comparado com o ensino disponibilizado na Europa, e referiu que as comunidades é que têm encontrado soluções, contratando professores para o ensino da língua.

A Dra. Maria de Lurdes Traça considerou que o Governo deveria ter uma maior preocupação relativamente ao ensino do Português como língua materna e lamentou a falta de iniciativa, que se arrasta há anos, relativamente à definição de uma política de língua e de cultura. Defendeu que o programa do ensino de uma língua materna não se pode confundir com o programa de ensino de uma língua estrangeira, que é o que se verifica, e terminou, lamentando que o CCP nunca seja consultado, sendo este um órgão de consulta.

O Dr. Alfredo Stoffel recordou que têm insistido nestas questões há vários anos e considerou que os Deputados desconhecem a realidade e os problemas com que se debatem as comunidades.

A Dra. Maria da Encarnação Galvão afirmou que a língua é uma questão fulcral e disse que as questões expostas se arrastam há anos, sem que tenha existido a preocupação de as resolver. Esclareceu ainda que o ensino na Suíça não é gratuito, sendo que cada aluno paga 100 €.

O Dr. Terry Costa considerou que os jovens devem ser incentivados para as questões da língua portuguesa e para o sentido de pertença à comunidade e que não é cobrando que se consegue tal desiderato.

O Sr. Presidente da Comissão afirmou que os Deputados conhecem a realidade das comunidades, esclarecendo que existem Deputados eleitos pelos círculos da Europa e de Fora da Europa, outros que viveram no estrangeiro e outros ainda, onde se inclui, com familiares no estrangeiro, e referiu que a Assembleia da República tem, em muitas circunstâncias, dado resposta às solicitações das comunidades, pese embora muitas das preocupações expostas digam respeito ao Governo. Terminou, considerando que muito tem sido feito junto das



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

comunidades, nomeadamente ao nível da defesa dos direitos dos emigrantes e na política de língua.

Intervieram, seguidamente, os Srs. Deputados Amadeu Albergaria (PSD) e Inês de Medeiros (PS), que secundarem a posição do Sr. Presidente da Comissão.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 02 de outubro de 2014

A assessora da Comissão
Cristina Tavares